



GEDES

Grupo de Estudos de Defesa e
Segurança Internacional

**OBSERVATÓRIO SUL-AMERICANO DE
DEFESA E FORÇAS ARMADAS**

INFORME BRASIL Nº35/2023

Período: 23/09/2023 - 29/09/2023

GEDES – UNESP/UNIFESP/UFRRJ

- 1- Delação de tenente-coronel sobre tentativa de golpe por Bolsonaro gerou preocupação no governo Lula
- 2- Editorial comentou sobre influência militar no Brasil desde o governo Temer
- 3- MDB planeja homenagem a apoiadores da 'anticandidatura' de Ulysses Guimarães durante a ditadura militar
- 4- Após delação premiada, CPMI tem como alvos militares da cúpula do governo Bolsonaro
- 5- Ministra da Igualdade Racial foi criticada por usar avião da FAB à trabalho
- 6- Comandante do Exército interrompeu o desmonte do acampamento em frente ao Quartel-General do Exército
- 7- CPMI do 8 de janeiro ouviu o depoimento do general Heleno
- 8- Colunistas comentaram o depoimento do ex-ministro do GSI Augusto Heleno
- 9- TSE decidiu retirar as Forças Armadas da fiscalização das urnas eletrônicas
- 10 - Ministério da Defesa e GSI são mantidos fora de programa de diversidade do Governo Lula
- 11- Governo Lula pretende criar museu para memória das vítimas da Ditadura Militar no país
- 12- Governo brasileiro estuda aditivo de contrato com a Saab para aquisição dos caças Gripen
- 13- Barroso assumiu a presidência do STF com aceno aos militares
- 14- Almirante ligado a Bolsonaro foi afastado de funções por pressão do Itamaraty

1- Delação de tenente-coronel sobre tentativa de golpe por Bolsonaro gera preocupação no governo Lula

De acordo com os periódicos *Correio Braziliense*, *O Estado de S. Paulo* e *Folha de S. Paulo*, membros do atual governo do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva (PT), utilizaram as recentes revelações do tenente-coronel do Exército Mauro Cid, ex-ajudante de ordens do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL), para enfatizar as alegadas intenções golpistas de Bolsonaro. Tanto o ministro da Defesa, José Múcio Monteiro, quanto o ministro da Justiça, Flávio Dino, destacaram a seriedade das alegações feitas por Cid à Polícia Federal durante a delação. Cid revelou que Bolsonaro teria discutido com os chefes das Forças Armadas a possibilidade de um golpe de Estado, após ter perdido as eleições para a presidência. Ele teria apresentado um esboço deste plano aos militares, que incluía a convocação de novas eleições e a detenção de opositores políticos.

Cid também afirmou que o então comandante da Marinha, almirante Almir Garnier Santos, teria aderido prontamente a essa proposta. Todavia, o então comandante do Exército, general Marco Antônio Freire Gomes, se opôs veementemente e alertou a Bolsonaro que teria que prendê-lo caso o plano fosse adiante. Por outro lado, o então comandante da Aeronáutica, brigadeiro Carlos de Almeida Baptista Júnior, teria permanecido em silêncio. Ainda segundo os periódicos, José Múcio ressaltou que, após as eleições, "muitas pessoas não queriam abrir mão do poder". O ministro também esclareceu que a posição pessoal de Garnier não representa necessariamente a postura geral das Forças Armadas. Múcio afirmou que não tinha informações sobre as intenções golpistas do almirante, mas observou que Garnier foi o único comandante que não o recebeu durante o período de transição entre governos. Por sua vez, Flávio Dino salientou que é evidente que "muitos crimes graves ocorreram" no entorno de Bolsonaro. Embora não tenha mencionado explicitamente a participação dos militares, ele considerou as informações fornecidas por Cid como "impactantes" e defendeu a utilidade do mecanismo de delação premiada como meio de produção de provas. Em editorial, a *Folha de S. Paulo* questionou as revelações do tenente-coronel Mauro Cid sobre movimentações golpistas na alta cúpula militar e destacou que, independentemente da veracidade dessas alegações, a reação dos envolvidos exige esclarecimentos. O texto também criticou a postura dos generais que não embarcaram em um golpe, argumentando que eles apenas cumpriram sua obrigação e que a denúncia deveria ter sido um imperativo moral, não apenas legal. Além disso, o editorial apontou erros anteriores da cúpula militar, como a falta de punição ao general Eduardo Pazuello por participar de atos de campanha do então presidente Bolsonaro e o envolvimento das Forças Armadas na tentativa de desacreditar as urnas eletrônicas. (Correio Braziliense – Política – 23/09/23; Folha de S. Paulo – Política – 23/09/23; Folha de S. Paulo - Opinião - 23/09/23; O Estado de S. Paulo – Política – 23/09/23)

2- Editorial comentou sobre influência militar no Brasil desde o governo Temer
Em editorial, o periódico *Correio Braziliense* abordou o período desde a volta dos militares ao comando do Ministério da Defesa durante o governo de Michel Temer (2016-2018) até a vitória eleitoral do presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva. Destacou que, desde a criação do Ministério da Defesa, em 1999, o poder político das Forças Armadas vinha diminuindo, mas houve uma tentativa de restaurar sua influência durante o governo de Jair Bolsonaro (2019-2022). O editorial mencionou que Bolsonaro tentou reviver a influência militar que tutelou a República brasileira no século passado, especialmente durante o regime militar (1964-1985). Também descreveu as ações realizadas desde 2008 para modernizar a política militar e a doutrina de Defesa, incluindo a Estratégia Nacional de Defesa e leis relacionadas. Porém, segundo o editorial, a chegada de Bolsonaro ao poder representou um retrocesso, com a militarização do governo e uma narrativa saudosista do regime militar. Por fim, o editorial destacou a omissão do Congresso Nacional em definir o papel das Forças Armadas e da defesa nacional perante a sociedade, enfatizando a necessidade de liderança por parte do Congresso para desenvolver um projeto de defesa que atenda aos interesses nacionais e forneça capacidades dissuasórias contra ameaças reais ou potenciais. (Correio Braziliense – Opinião – 23/09/23)

3- MDB planeja homenagem a apoiadores da 'anticandidatura' de Ulysses Guimarães durante a ditadura militar

De acordo com reportagem publicada pelo jornal *Folha de S. Paulo*, o Movimento Democrático Brasileiro (MDB) tem a intenção de homenagear políticos que ainda estão ativos na vida política e que apoiaram a chamada "anticandidatura" de Ulysses Guimarães à Presidência da República em 1973, desafiando o regime militar. A homenagem está programada para ocorrer durante a convenção do MDB, agendada para o dia 05/10/2023, na qual o próximo presidente do partido será eleito. A expectativa é que o deputado federal Baleia Rossi, representante de São Paulo, seja reeleito como líder do partido. No evento, serão prestadas homenagens a figuras como o senador Jader Barbalho, do estado do Pará, e o ex-senador Garibaldi Alves Filho, do Rio Grande do Norte, entre outros. Todos eles foram participantes da convenção de 1973 na qual Ulysses Guimarães proferiu seu discurso desafiador em oposição ao general Ernesto Geisel. Na ocasião, o general obteve 400 votos no Colégio Eleitoral, enquanto Ulysses Guimarães, representando o MDB, recebeu 76 votos. (Folha de S. Paulo - Política - 23/09/23)

4- Após delação premiada, CPMI tem como alvo militares da cúpula do governo Bolsonaro

Segundo o periódico *Correio Braziliense*, a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) do 8 de janeiro de 2023 tem como alvo militares da cúpula do governo de Jair Bolsonaro (2018-2022), sendo um deles o almirante da reserva Almir Garnier Santos, ex-comandante da Marinha. De acordo com a delação premiada feita à Polícia Federal (PF) pelo tenente-coronel do Exército Mauro Cesar Barbosa Cid, Garnier teria aceitado uma proposta de intervenção militar feita pelo ex-presidente da República à cúpula das Forças Armadas para impedir a posse de Luiz Inácio Lula da Silva (PT). Além das convocações para depor, há requerimentos de transferência de sigilo telefônico e telemático de Garnier, de Relatórios de Inteligência Financeira (RIF) e das agendas públicas, confidencial e sigilosa entre 31/10/2022 e 10/01/2023. Ainda segundo o *Correio*, porém, a estratégia da CPMI "pode esbarrar" em decisões do Supremo Tribunal Federal (STF), que tem concedido *habeas corpus* a convocados pelo colegiado, a exemplo de Osmar Crivelatti, militar e ex-assessor de Bolsonaro, e Marília Alencar, ex-subsecretária de inteligência do Distrito Federal. Além do depoimento de 26/09/2023, para o qual o general Augusto Heleno, ex-ministro do Gabinete de Segurança Institucional (GSI), pediu ao STF para não comparecer e, apesar de seu pedido haver sido negado pelo ministro Cristiano Zanin, o juiz ressaltou que ele tem "o direito ao silêncio e a garantia de não autoincriminação se instado a responder perguntas cujas respostas possam resultar em seu prejuízo ou em sua incriminação". Parlamentares pró-governo têm buscado avançar na investigação por meio dos demais participantes do suposto encontro golpista, como o ex-assessor para Assuntos Internacionais da Presidência, Filipe Garcia Martins, acusado por Cid de ter entregado a minuta golpista ao ex-presidente, o general Marco Antônio Freire Gomes, ex-comandante do Exército e, segundo Cid, único a se opor à trama, e o brigadeiro Carlos de Almeida Baptista Júnior, da Aeronáutica. O presidente da CPMI, Arthur Maia (União-BA), por sua vez, deixou claro que só serão votados requerimentos

com possibilidade de aprovação, ou seja, apenas os que obtiverem acordo, defendendo a convocação do coronel Sandro Augusto Queiroz, que comandava a Força Nacional na época dos ataques aos prédios dos Três Poderes. O vice na chapa de Bolsonaro em 2022 e ex-ministro da Defesa, o general Walter Braga Netto, que teve seu depoimento adiado para 05/10/2023, ainda não é um nome consensual para o encerramento das oitivas. (Correio Braziliense - Política - 26/09/23)

5- Ministra da Igualdade Racial foi criticada por utilizar avião da FAB à trabalho
De acordo com o jornal *Folha de S. Paulo*, parlamentares da oposição ao governo atual criticaram o uso de um avião da Força Aérea Brasileira (FAB) pela ministra da Igualdade Racial, Anielle Franco da Silva, no fim de semana, para comparecer à final da Copa do Brasil entre São Paulo e Flamengo, com o intuito de lançar um protocolo de intenções para campanha de combate ao racismo no esporte. A iniciativa faz parte de ações de um grupo de trabalho do governo federal, que envolve também as pastas do Esporte e da Justiça. A ministra publicou um vídeo cantando dentro de um avião da FAB em suas redes sociais, dizendo que estava partindo de Brasília a caminho de São Paulo, "por um motivo especial", em referência ao lançamento do programa. Em resposta, deputados bolsonaristas, como Carla Zambelli (PL-SP), Eduardo Bolsonaro (PL-SP) e Kim Kataguirí (União Brasil-SP), fizeram críticas à ministra pelas despesas públicas com o voo. No dia 25/09/2023 Silva rebateu os opositoristas dizendo ser inacreditável que uma ministra seja questionada por fazer o seu trabalho e republicou, em rede social, uma mensagem da deputada federal Talíria Petrone Soares (PSOL-RJ), na qual a parlamentar lembrou a apreensão de drogas em voo da FAB na Espanha durante o governo Jair Bolsonaro, em 2019. O Ministério da Igualdade Racial se manifestou, afirmando em nota que "o voo da FAB foi utilizado para uma missão institucional, como é praxe em deslocamentos para ações ministeriais e de governo e como uma medida de economia de gastos públicos para locomover as equipes" e que o jogo foi escolhido como local de divulgação pela grande quantidade de pessoas presentes. O periódico destacou que ministros de Estado têm direito de usar as aeronaves da FAB, desde que esses deslocamentos preencham alguns requisitos, como ser usado por motivos de trabalho e o motivo da necessidade de seu uso em detrimento de voos comerciais, conforme o decreto que regulamenta o uso de aviões por autoridades, atualizado pelo ex-presidente da República, Jair Messias Bolsonaro (PL) em março de 2020. (Folha de S. Paulo - Política - 26/09/23)

6- Em 2022, comandante do Exército interrompeu o desmonte do acampamento em frente ao Quartel-General do Exército
Segundo o periódico *O Estado de S. Paulo*, o general Marco Antônio Freire Gomes, então comandante do Exército, teria interrompido a retirada dos manifestantes acampados em frente ao quartel-general do Exército no dia 29/12/2022, ordenada pelo então comandante militar do Planalto, general Gustavo Henrique Dutra de Menezes, a fim de "evitar um tumulto" e para que fosse possível saber qual seria a reação do então presidente Jair Messias Bolsonaro (PL) a dois dias da posse de Luiz Inácio Lula da Silva (PT). O general Dutra dera a ordem para desmontar o acampamento e pedir reforço à Polícia

Militar do Distrito Federal sem avisar Freire Gomes, o qual, ao ver a operação, telefonou para Dutra e mandou que os agentes fossem retirados imediatamente. Ainda segundo *O Estado*, o general Dutra vinha dizendo ao comandante que o acampamento devia ser desmobilizado desde 04/11/2022, conforme testemunhos do chefe de gabinete de Freire Gomes, general Humberto Montenegro Júnior. A aglomeração em frente ao quartel general começou a se formar após o anúncio da vitória de Lula e, em 02/11/2022, a inteligência militar estimava o público em 30 mil pessoas, dentre as quais estavam aquelas que atacaram a sede da Polícia Federal (PF) em 12/12/2022 e as que tentaram explodir um caminhão-tanque, em 24/12/2022. Em 11/11/2022, Freire Gomes e os comandantes da Marinha, Almir Garnier Santos Junior, e da Aeronáutica, Carlos Baptista Junior, publicaram a nota “Às instituições e ao Povo Brasileiro”, que fez aumentar o número de acampados, tendo chegado a 100 mil no dia 15/11/2022. A posse de Lula se aproximava quando Dutra sugeriu que o acampamento fosse desmontado, porém Freire Gomes respondeu que não poderia retirar as pessoas sem a manifestação do presidente em exercício, um diálogo que não foi mencionado por Dutra em seus depoimentos às Comissões Parlamentares de Inquérito (CPIs) do Distrito Federal e do Congresso Nacional. Em 24/11/2022, Freire Gomes participou, segundo o tenente-coronel do Exército Mauro Cesar Barbosa Cid, de uma reunião com Bolsonaro, na qual o ex-presidente consultou os chefes militares sobre o plano para um possível golpe e Freire Gomes se negou, não informando, contudo, o teor da conversa ao Ministério Público Federal. Bolsonaro teria informações de que alguns integrantes do Alto-Comando do Exército, como Tomás Ribeiro Paiva (Sudeste), Richard Fernandez Nunes (Nordeste), Fernando José Sant’ana Soares e Silva (Sul) e André Luiz Novaes Miranda (Leste), bem como o chefe do Estado-Maior, Valério Stumpf, eram contrários ao golpe, mas havia alguns generais dispostos a segui-lo que se encontravam no Comando de Operações Terrestres. A desconfiança de Bolsonaro com o Alto-Comando está retratada em conversa identificada pela PF no celular de Cid. Em depoimentos, Dutra justificou sua inação dizendo que só uma ordem judicial poderia retirar as pessoas da frente dos quartéis até 31/12/2022. A estratégia defendida de estrangular os acampamentos se mostrou ineficaz diante da chegada de mais manifestantes de outros estados. (*O Estado de S. Paulo - Política - 26/09/23*)

7- CPMI do 8 de janeiro ouviu o depoimento do general Heleno

Segundo os periódicos *Correio Braziliense*, *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo*, no dia 26/09/2023 o ex-chefe do Gabinete de Segurança Institucional (GSI), general da reserva Augusto Heleno, prestou depoimento à Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) dos Atos de 8 de janeiro de 2023. Segundo *O Estado*, quando inquirido sobre a delação premiada do tenente-coronel do Exército Mauro Cid, que revelou à Polícia Federal (PF) sobre uma reunião do então presidente da República, Jair Bolsonaro, com a cúpula das Forças Armadas onde fora discutido um golpe de Estado que impediria a posse de Luiz Inácio Lula da Silva (PT), Heleno afirmou que essas informações são uma “fantasia”. Segundo o general, “Não existe um ajudante de ordens sentar numa reunião com comandantes das Forças.”. Segundo a coluna opinativa do jornalista Luiz Carlos Azedo ao *Correio Braziliense*, o general Heleno acabou “falando mais do que deveria”, por que tinha um *habeas corpus* que lhe garantia

o direito de permanecer calado. Azedo afirmou que o ex-chefe do GSI mentiu sobre a participação de Mauro Cid nas reuniões com os comandantes militares, pois o deputado federal Rogério Correia (PT-MG) confrontou Heleno com uma foto de Mauro Cid em uma das reuniões de Bolsonaro com os comandantes das Forças Armadas no Planalto, no ano de 2019, que contou também com a participação do general. O militar alegou que o ajudante de ordens “não participava ativamente” dos encontros. Segundo os periódicos, o ex-chefe do GSI também foi questionado sobre a “minuta do golpe”, o esboço de um decreto para declarar estado de defesa na sede do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) encontrada no celular de Cid e na casa do ex-ministro da Justiça Anderson Torres, e disse não conhecê-la. O general afirmou que “nunca ouvi[u] falar na minuta de GLO [Garantia da Lei e da Ordem], minuta do golpe. O presidente da República [Bolsonaro] disse, várias vezes, que jogaria dentro das quatro linhas, e não era minha missão convencer o presidente a sair das quatro linhas. Pelo contrário”. Durante o depoimento, o general Heleno se irritou com questionamentos da relatora, senadora Eliziane Gama (PSD-MA), que questionou se ele considerava que houve alguma fraude no resultado das eleições de 2022, ao que Heleno respondeu: “Já tem o resultado das eleições, já tem novo presidente da República, não posso dizer que foi fraudado”. A relatora Eliziane então disse que o ex-chefe do GSI “mudou de ideia”, o que deixou o militar irado e o fez proferir xingamentos com seu microfone aberto. Segundo a reportagem, o general foi questionado pela deputada federal transexual Duda Salabert (PDT-MG) sobre sua conduta em uma missão de paz brasileira no Haiti, em 2004, onde ele coordenou uma operação que resultou na morte de dezenas de crianças. Heleno respondeu que “Essa é uma afirmativa mentirosa. Se eu quiser, eu vou para a Justiça, processo o senhor e boto o senhor na cadeia”, ao que a deputada o corrigiu: “É senhora”. (Correio Braziliense - Política - 27/09/23; Folha de S. Paulo - Política - 27/09/23; O Estado de S. Paulo - Política - 27/09/23)

8- Colunistas comentaram o depoimento do ex-ministro do GSI, general Heleno
De acordo com a coluna opinativa da jornalista Monica Gugliano a *O Estado de S. Paulo*, o general da reserva Augusto Heleno esteve durante 1.460 dias como ministro-chefe do Gabinete de Segurança Institucional (GSI), praticamente “sempre ao lado de Bolsonaro, inclusive nas viagens”. O que é uma raridade, segundo a colunista, porque os antecessores no cargo não acompanhavam o chefe dessa forma. “Pode-se sempre dizer que Bolsonaro, vítima de um atentado a faca que quase o matou antes de sua eleição, se sentia mais protegido com a presença do chefe do GSI”, escreveu Gugliano. A jornalista apontou para as reuniões nos Palácios do Planalto e da Alvorada, que “era quase certo” ter a participação do general Heleno, independente do tema, sendo que o chefe do GSI, primordialmente, é o chefe da segurança do presidente, do vice e dos seus familiares, além de chefe da Agência Brasileira de Inteligência (Abin). Outra questão apontada é que em todas as reuniões com militares, Heleno estava presente, fato que ele negou na Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) dos Atos de 8 de janeiro reiteradas vezes, como as fotos comprovam, “mas não lhe pergunte o que acontecia lá”. A colunista ainda comentou que o general era um dos poucos frequentadores da residência oficial após a derrota de Bolsonaro nas eleições de 2022, período em que, segundo as informações

que estariam na delação premiada do tenente-coronel do Exército Mauro Cid, se traçaram as linhas gerais do documento que seria a base da tentativa de golpe, mas que Heleno “tampouco alguma vez viu esse papel ou ouviu falar sobre outro possível atentado à democracia”. A jornalista finalizou ressaltando que “resta somente saber se os parlamentares vão lembrar que o viram nessa posição de centroavante e aceitarão a versão de um dos principais conselheiros do ex-presidente”. Em coluna opinativa para a *Folha de S. Paulo*, o jornalista Vinicius Torres Freire destacou que “Heleno costuma dizer que não sabe de nada. Quando havia tentativa de ataques terroristas na Brasília de 2022, ele se informava pela TV (de pijama?). Esse então era o Gabinete de Segurança Institucional de Heleno”. Freire destacou também o depoimento do general na CPMI, dizendo que “Heleno não disse nada que prestasse”, mas que “sabia dos golpistas que faziam baderna em calçada de quartel” porque afirmou em junho à Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) dos Atos Antidemocráticos da Câmara Legislativa do Distrito Federal que os acampamentos eram “um local sadio, onde se faziam muitas orações, se reuniam para conversar sobre assuntos políticos”, e que “era uma manifestação ordeira e disciplinada”. (Folha de S. Paulo - Opinião - 27/09/23; O Estado de S. Paulo - Política - 27/09/23)

9- TSE decidiu retirar as Forças Armadas da fiscalização das urnas eletrônicas
Segundo o periódico *O Estado de S. Paulo*, o plenário do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) excluiu, no dia 26/09/2023, as Forças Armadas e o Supremo Tribunal Federal (STF) como entidades fiscalizadoras das urnas eletrônicas. Essa resolução teve a relatoria do ministro Alexandre de Moraes e a instrução foi aprovada por unanimidade. O jornal destacou que as Forças Armadas haviam sido incluídas no rol de entidades fiscalizadoras em 2021, por decisão do ministro Luís Roberto Barroso, presidente do tribunal à época, mas que segundo o relator “não se mostrou necessário, razoável e eficiente a participação das Forças Armadas no rol de entidades fiscalizadoras do sistema eletrônico de votação e também na comissão de transparência eleitoral”. De acordo com Moraes, “se demonstrou, como todos podemos verificar, ser absolutamente incompatível com as funções constitucionais e legais das Forças Armadas estar também no rol das entidades fiscalizadoras. Vamos manter, aqui, as Forças Armadas no rol de atribuições legais e constitucionais, dentro do apoio logístico e de segurança que sempre forneceu às eleições”. (O Estado de S. Paulo - Política - 27/09/23)

10- Ministério da Defesa e GSI ficam fora de programa de diversidade do governo Lula

Segundo reportagem do periódico *Folha de S. Paulo*, o Gabinete de Segurança Institucional (GSI) e o Ministério da Defesa não foram incluídos na rede de assessorias de participação e diversidade do governo de Luiz Inácio Lula da Silva. De acordo com a reportagem, “essas assessorias têm entre as suas competências a articulação das relações dos respectivos Ministérios com os diferentes segmentos da sociedade civil, sob a coordenação da Secretaria-Geral da Presidência”, prestando assessoria em relação à proteção dos direitos humanos e da igualdade de gênero, etnia e raça. O Ministério da Defesa e o GSI não responderam os questionamentos do periódico em relação ao tema,

entretanto a Secretaria-Geral do governo declarou que não faria sentido incluir essas instituições por conta de suas especificidades de atuação na estrutura do Estado e do governo. Em entrevista à *Folha*, a secretária executiva adjunta da pasta, Tânia Maria de Oliveira, afirmou que não haveria muito espaço para essa forma de participação e atuação na pasta da Defesa. Por outro lado, pesquisadores e servidores do Ministério ouvidos pelo periódico sob condição de anonimato dizem que a composição do Ministério não impede uma política de participação social, direitos humanos ou discussão de gênero e raça. Para a professora adjunta da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ) Marina Vitelli, não existe justificativa para não incluir a Defesa neste tema, acrescentando que “há um problema anterior, que é a falta de participação de civis na formulação e implementação das políticas de defesa, tarefa que acaba ficando sob o monopólio dos militares”. (Folha de S. Paulo - Política - 25/09/23)

11- Governo Lula pretende criar museu para memória das vítimas da Ditadura Militar no país

Segundo reportagem do periódico *Correio Braziliense*, o Ministério da Justiça e o Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania criarão um espaço em memória das vítimas que morreram ou desapareceram durante a luta contra a Ditadura Militar (1964-1985). A inauguração está prevista para ocorrer em março de 2024, com a pretensão de expor as violações cometidas por militares da época. O jornal enfatizou que somente após seis décadas do início do golpe o Brasil terá um espaço de memória como este, que se chamará “Museu da Memória e da Verdade”. Em entrevista ao periódico, sobreviventes do período que afirmaram que o governo federal possui um débito com esse grupo na questão da memória e esperam justiça pelos atos cometidos contra seus familiares e a si mesmos. A professora do Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo (USP) Vera Paiva afirmou que essa ação é muito positiva para o governo e abre portas para outras medidas, como por exemplo apoio federal para relembrar a data em eventos acadêmicos. Outros sobreviventes entrevistados também afirmaram que o museu é absolutamente fundamental, pois a história precisa ser contada da maneira correta. (Correio Braziliense - Política - 25/09/23)

12- Governo brasileiro estuda aditivo de contrato com a Saab para aquisição dos caças Gripen

Segundo o periódico *Folha de S. Paulo*, com o intuito de acelerar o processo de aquisição dos novos caças para a Força Aérea Brasileira (FAB), o governo brasileiro estuda um aditivo ao contrato que indica a compra de 50 aeronaves, número abaixo das 66 previstas pelo ex-comandante da Aeronáutica, brigadeiro Carlos de Almeida Baptista Junior. O contrato originalmente assinado, em 2015, indicava a compra de 36 aeronaves, mas tal aditivo. Além disso, o jornal informou que o Brasil pretende negociar uma contrapartida ao contrato, com a venda de quatro aviões militares cargueiros da Embraer, modelo KC-390, para os suecos. Entretanto, a proposta ainda não foi formalizada. O ministro da Defesa, José Mucio Monteiro, pretende ir à Suécia em outubro para negociar tais questões. O periódico destacou que a Embraer acertou a venda do cargueiro para outros países europeus, entre eles Áustria, Portugal, Holanda e Hungria. Todos os

respectivos países compõem a Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) ou possuem afinidade com a instituição, como no caso da Áustria. (Folha de S. Paulo - Política - 28/09/23)

13- Barroso assumiu a presidência do STF com aceno aos militares

Segundo o periódico *Folha de S. Paulo*, o ministro Luís Roberto Barroso foi empossado como novo presidente do Supremo Tribunal Federal (STF) em 28/09/2023. Em seu discurso de posse, Barroso afirmou que “a democracia constitucional viveu momentos de sobressalto”, mas “as instituições venceram”. Afirmou também que “na hora decisiva, as Forças Armadas não sucumbiram ao golpismo”. O periódico ressaltou que essa referência aos militares ocorre em meio à divulgação da delação premiada do tenente-coronel do Exército Mauro Cesar Barbosa Cid, ex-ajudante de ordens do ex-presidente da República Jair Messias Bolsonaro, do Partido Liberal (PL). Cid relatou à Polícia Federal (PF) que Bolsonaro consultou a cúpula das Forças Armadas no fim de 2022, após as eleições em que foi derrotado por Luiz Inácio Lula da Silva, do Partido dos Trabalhadores (PT), sobre um decreto para convocar novas eleições presidenciais. A *Folha* também lembrou que Barroso foi presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) em 2021, durante campanha de desconfiança contra as urnas eletrônicas por parte do governo Bolsonaro. Por decisão do ministro, as Forças Armadas foram à época incluídas como entidades fiscalizadoras da eleição, mas segundo ele a atuação dos militares criou mais oportunidades para o ex-presidente atacar as urnas. (Folha de S. Paulo – Política – 29/09/23)

14- Almirante ligado a Bolsonaro foi afastado de funções por pressão do Itamaraty

Segundo o jornal *Folha de S. Paulo*, o almirante-de-esquadra Flávio Augusto Viana Rocha não exercerá mais a função de secretário de Segurança Nuclear e Qualidade na Marinha e deverá ficar sem cargo executivo até março de 2024, quando irá para a reserva. Ligado ao ex-presidente da República, Jair Messias Bolsonaro, do Partido Liberal (PL), Rocha foi convidado para ser secretário de Assuntos Estratégicos no governo em 2020. Desde então, cumpriu agenda de viagens para negociar armas em países árabes e para a adoção de combustível russo no submarino nuclear brasileiro. Esse protagonismo, segundo a reportagem, incomodou a equipe do Ministério das Relações Exteriores (MRE), também chamado Itamaraty. No governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, do Partido dos Trabalhadores (PT), Rocha assumiu a função de secretário naval de Segurança Nuclear e Qualidade, por consideração ao seu envolvimento em assuntos nucleares e a liderança da Marinha nos esforços brasileiros no setor. A reportagem detalhou que, em maio de 2023, Rocha participou de uma reunião do comitê que discute o desenvolvimento do submarino de propulsão nuclear brasileiro no âmbito do acordo militar Brasil-França de 2009 e, em junho, esteve na reunião ordinária do conselho de governantes da Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA), no qual o Brasil ocupa uma das duas vice-presidências. Desde então, o Itamaraty pressionou o Ministério da Defesa para remover o almirante de funções executivas. Segundo a *Folha*, sua presença na AIEA causou incômodo na missão diplomática brasileira, por ser um militar em um evento civil num momento em que a agência questiona os desígnios do Brasil,

que pediu um acordo para poder usar combustível nuclear em embarcação militar. Já aliados de Rocha viram “inveja” no episódio e incômodo por ele ser bolsonarista. O ministro da Defesa, José Múcio Monteiro Filho, e o comandante da Marinha, Marcos Sampaio Olsen, decidiram designar Rocha para uma função inespecífica no Comando da Força. Suas funções serão incorporadas pelo diretor do programa nuclear, almirante Petronio Augusto Siqueira de Aguiar. A *Folha de S. Paulo* ainda relatou que, no Almirantado, o processo foi mal visto, mas compreendeu-se que Rocha ultrapassou limites quando aceitou trabalhar no governo Bolsonaro sendo um oficial da ativa. O almirante não comentou o caso. (Folha de S. Paulo – Política – 29/09/23)

SITES DE REFERÊNCIA

Correio Braziliense – www.correioweb.com.br

Folha de S. Paulo – www.folhaonline.com.br

O Estado de S. Paulo – www.estadao.com.br

*Informamos que o conteúdo na íntegra dos jornais Correio Braziliense, Folha de S. Paulo e O Estado de S. Paulo não são disponíveis gratuitamente na versão online. No entanto, aqueles que tiverem interesse em receber as notícias destes jornais utilizadas na produção do Informe Brasil, podem solicitá-las a gedes@franca.unesp.br

Equipe

Coordenação

Héctor Luis Saint-Pierre (IPPRI/UNESP)

Juliana de Paula Bigatão (UNIFESP/Eppen-Osasco)

Marina Gisela Vitelli (URFFJ)

Ismara Izepe de Souza (UNIFESP/Eppen-Osasco)

Supervisão

Laura Meneghim Donadelli

Leonardo Pontes Vinhó

Equipe redação UNESP/Franca

Abrahão Henrique Alves de Lima (bolsista COPE)

Equipe redação UNIFESP/Eppen-Osasco

Beatriz Grasio Campos

Davi Campos Matos

Isabelle Costa

Giulia Maria Dardegan Barbosa

Marcela Furlan de Cena

Mariana Terezinha Passos

Rodrigo Freitas de Souza
Thalia Cristina Vieira Lima

Equipe redação UFRRJ

Alberto Machado Santos
Geremias Dias dos Santos de Carvalho
Letícia Ramos da Rocha
Maria Luiza Garcia Rabelo
Mariana Amaro Gonçalves Silva
Vinícius de Albuquerque Damasceno
Vinícius Menezes Aguiar